

HISTÓRIAS DE ALMA: Imaginação Social Nos Roteiros Da Memória

Sandra M^a de Mesquita Soares¹ - UFC

“(...). Porque os mortos, segundo a convicção da maior parte dos utopianos, assistem às conversas dos vivos, embora invisíveis à vista curta dos mortais. (...). Por conseguinte, segundo as leis utopianas, os mortos participam das sociedades dos vivos, assistem às suas ações e ouvem as suas palavras. Essa fé na presença dos antepassados inspira a esse povo extrema confiança nos seus empreendimentos, pois lhes assegura a proteção e apoio de poderosos defensores; e, além disso, impede uma porção de delitos secretos.”²

Essa *insólita parceria* entre mortos e vivos, descrita por Morus e que encontra lugar não somente na ficção literária, constitui elemento essencial do universo religioso das sociedades. Desde sempre, homens e mulheres confrontam-se com o inevitável – sua própria finitude³. Tal fatalidade que se deixa anunciar primeiramente pela morte do outro, é uma experiência da qual nada se pode ensinar. Ocorre que, sendo a única espécie que se recusa a ser o que é, o ser humano inventa formas de lidar com a morte, adornando-a com seus ritos, suavizando a separação com a esperança de um breve reencontro, construindo veredas de comunicação e trânsito entre o mundo dos vivos e aquele que acreditam constituir o mundo dos mortos. Mais ainda, contando histórias onde articulam as experiências de vida e morte, procuram oferecer a si mesmos a possibilidade de um outro destino.

As formas de lidar com a morte apresentam traços e contornos que, respondendo a uma mesma necessidade concreta, assumem múltiplas configurações e reestruturam no imaginário uma diversidade de papéis assumidos pelos mortos, disponibilizando enorme arsenal de significados relacionados à suposta presença destes no mundo dos vivos. Redimensionam categorias de entendimento e ordenação do mundo que incluem o espaço, o tempo e noções como *bem* e *mal*, compreendidas aqui não como categorias metafísicas,

mas como substâncias de um cotidiano onde se engendram relações concretas que se estabelecem entre os vivos.

Nesse sentido, aquela *parceria insólita* nos oferece algumas possibilidades de mergulho em seu universo e dele captar indícios de um dado momento histórico, onde certos aspectos, à primeira vista, perdidos no tempo, permanecem ainda vibrantes em algum lugar do imaginário, nos registros secretos das memórias. Tais parcerias, engendradas no âmbito individual ou coletivo, são, a um só tempo, instrumentos reveladores e criadores de um conjunto de sentidos que ajudam a credenciar o homem como participante na permanente construção de certa concepção de mundo que, simultaneamente, garante a necessária estabilidade à vida social e oferece fissuras onde necessidades e desejos recriam seus significados.

A crença na imortalidade da alma é condição essencial ao estabelecimento da relação entre vivos e mortos. Cada sistema religioso, integrado à cultura, desenvolve diferentes maneiras de tratar a morte e postula, sobre a outra vida, uma grande variedade de concepções. Traçam uma minuciosa cartografia sobre a morada dos mortos e do caminho a ser percorrido nessa passagem para o outro mundo. Em todos esses sistemas de crença a morte representa a transição entre dois mundos, assegurando a continuidade do indivíduo em uma outra dimensão.

A maioria dessas tradições religiosas considera que é possível fazer algo no sentido de estar preparado no momento da morte, garantindo uma boa passagem desse ao outro mundo, sem sofrer as penas reservadas àqueles que tiverem uma vida desviada dos bons princípios morais e religiosos, estando, portanto, o bem morrer circunstanciado diretamente pelo bem viver. Essa relação exemplar é bastante reveladora da função reservada à morte, e as questões que envolvem o destino do morto no além, como instrumento regulador da ordem no mundo dos vivos.

Esses dados gerais oferecem uma primeira possibilidade de análise consubstanciada na crença de possibilidade da comunicação entre vivos e mortos. Tomando-os na extensão de sua historicidade e inserindo-os no contexto de mecanismos formadores e legitimadores

de uma dada visão de mundo, nos habilitamos na busca de indícios que apontem um jogo de permutas simbólicas desenvolvido no interior da relação entre vivos e mortos. Contudo, tal compreensão, embora valiosa, resulta invariavelmente em outro grande esquema explicativo, supostamente universal, demasiadamente abstrato e, portanto, incapaz de dar conta da tarefa de interpretação histórica da experiência vivida, da multiplicidade de seus signos e da extensão e densidade de seus significados.

Não são muitas as contribuições que se pode encontrar no sentido de dar suporte a questão dessa que chamo “*insólita parceria*”. No entanto, alguns autores, das mais diversas áreas, têm apresentado elementos preciosos no sentido de descortinar alguns significados para as histórias de almas, no contexto da cultura que se estabeleceu no ocidente e, ainda, no interior de uma cultura brasileira que, mesmo edificada sobre princípios de uma formação religiosa católico-cristã, manteve traços dessa multiplicidade que constitui nossa complexa formação étnica e cultural.

Parte do material disponível apresenta um certo caráter periférico ao tema, na medida em que são constituídos de relatos sobre assombração como parte integrante de inventários de histórias consideradas da ordem do folclore onde são incluídos mitos, lendas, histórias de *trancoso* e outras histórias fantásticas.

Nessa vertente é possível encontrar enorme quantidade de publicações que, embora apresentem variação no caráter de seleção das narrativas – lendas rurais ou urbanas, regionais, nacionais, estaduais – expressam uma certa recorrência de algumas histórias que, de acordo com a localização podem ganhar diferentes roupagens, como é o caso do lobisomem, ou da “mulher de branco” famosa em todo o Brasil e tornada personagem em um dos mais eficientes instrumentos de globalização da cultura brasileira – a novela.

Outro tipo de literatura disponível, embora siga o mesmo modelo descritivo dos trabalhos anteriormente citados, apresenta maior afinidade com o tema no sentido de que relata boa quantidade de histórias de almas de mortos. Essa literatura, além de dar visibilidade às narrativas reconhece-as como autêntica representação do imaginário social

expresso através da fé na imortalidade da alma e na possibilidade de comunicação com os mortos, atravessando todo o tecido social independente de classe, credo, gênero ou etnia; ao mesmo tempo, oferece indícios que permitem uma aproximação com o cotidiano onde essas diferenças são confrontadas. Noutros termos, esses relatos dão pistas sobre o lugar que a relação entre mortos e vivos ocupa na constituição do imaginário social que dá suporte às atitudes que se configuram no mundo vivido e que não se resumem às personagens envolvidas diretamente nos episódios das aparições.

Gilberto Freyre retomou, no livro *Assombrações do Recife Velho*⁴, publicado em 1955, a temática da relação entre vivos e mortos que já havia visitado em textos anteriores tais como os clássicos: *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, publicados respectivamente em 1933 e 1936. No prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*⁵, afirmou: “*Abaixo dos santos e acima dos vivos ficavam, na hierarquia patriarcal, os mortos, governando e vigiando o mais possível a vida dos filhos, netos e bisnetos. (...)*”.(1981:lxix)

Das narrativas sobre almas, apresentadas por Freyre, é possível extrair alguns indicativos que ajudam na elaboração da classificação das histórias, no sentido de perceber signos que são recorrentes e que poderiam ser remetidos a uma ordem de significados mais abrangentes e aqueles que guardam alguma singularidade no contexto específico da configuração cultural apresentada. Um exemplo de signos recorrentes refere-se ao modelo patriarcal desenvolvido no Nordeste, onde o senhor de terras e escravos enfrenta uma prestação de contas cujas penas estão relacionadas à forma como exerceu o poder.

No prefácio de *Assombrações do Recife Velho*, Mary Del Priore chamou atenção para o fato de que “A historiografia internacional vem mostrando que essas coisas [assombrações] são assunto seríssimo” e afirma ainda “*(...). O milagre, o maravilhoso, o fantástico, exsudam, na realidade, de um ato de fé. (...). Servem para compensar as vicissitudes da vida quotidiana, acolhendo favoravelmente os desejos mais secretos dos homens, fazendo justiça entre bons e maus e passando avisos e mensagens.*” (2000:13)

Semelhante ao texto de Freyre, Walcyr Monteiro publicou em 1985, *Visagens e Assombrações de Belém*⁶. O livro apresenta o registro de uma série de histórias, que Napoleão Figueiredo, pesquisador do Museu Emílio Goelde e autor do prefácio, denominou “*inventário das manifestações folclóricas, na Amazônia*” e, citando Eunice Durham, define folclore como sendo “*um sistema de representações – costumes, tradições, crenças, mitos e formas de manifestação artística – que exprimem um modo de vida particular, um meio de interpretar a realidade social e o ambiente geográfico, de ordenar a vida em sociedade e de exprimir valores básicos da cultura.*”. (2000:11)

Além do inventário das histórias e mitos amazônicos, Walcyr Monteiro apresenta no final do livro uma breve análise interpretativa dos temas narrados, onde reflete sobre signos importantes na composição do quadro de representações desenhadas nas histórias. O primeiro refere-se a miscigenação, traço característico de toda cultura brasileira mas que oferece diferentes nuances em cada região do país, onde o diferencial se estabelece no entrelaçamentos de fatores relativos ao modo como se processou a colonização, o estabelecimento da economia, o cenário natural oferecido pela região e a equivalência maior ou menor na presença das etnias.

As florestas e a abundância de águas da região aparecem como elementos importantes na construção das narrativas míticas ricas em mães-d'água e duendes das selvas. Nas histórias específicas sobre aparições de almas, Monteiro avalia a presença da formação religiosa também miscigenada e a multiplicidade de cultos que, inspirados na religiosidade de índios, negros e brancos portugueses, recriam a crença na sobrevivência das almas e na possibilidade de que exerçam algum poder sobre o cotidiano dos vivos.

Já o trabalho de João José Reis, publicado sob o título: *A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Séc. XIX*⁷, apresenta uma minuciosa análise dos fatores concorrentes para a Cemiterada, movimento ocorrido em 25 de outubro de 1836, na Bahia. A Cemiterada se configurou como uma reação à construção de um cemitério distante do centro da cidade, orientada pelos modernos padrões de higienização que começavam a

se impor no interior de um processo de racionalização e secularização da ordem social que fazia emergir o saber científico como o legítimo articulador de uma nova ordem; assim como por interesses econômicos que favoreciam o monopólio sobre a morte e seus ritos.

Nas palavras do autor, “*A Cemiterada foi um episódio que teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco. Um catolicismo que se caracterizava por elaboradas manifestações externas da fé.*” (1991:49). Essa caracterização coloca a análise de José Reis no contexto da questão, ainda que sua reflexão tenha como foco o evento da morte e dos rituais que lhe são conferidos. No entanto, o “fenômeno” das aparições é parte integrante de um complexo sistema de representações referido não apenas a morte como também ao morto e seu destino e que elaborado no interior do campo religioso ultrapassa-o alcançando diversas esferas da cultura.

Nesse sentido, suas análises sobre um sistema religioso, que embora mestiço em sua essência, aparece moldado pela poderosa mão do catolicismo com uma variedade de mecanismos institucionais com os quais estabelece uma parceria com a sociedade leiga – exemplo das irmandades, é seguramente um precioso instrumento de compreensão desse sistema religioso e uma pista dos rumos que podem ser tomados na constituição de fontes complementares que contribuam para a compreensão das narrativas sobre aparição de almas.

O trabalho do historiador francês Jean-Claude Schmitt, *Os Vivos e Os Mortos na Sociedade Medieval*⁸ é indiscutivelmente uma importante contribuição para o entendimento das histórias de almas como narrativas repletas de significados que ultrapassam os limites da esfera religiosa, constituindo um material importante na interpretação da vida social e cultural.

Schmitt apropria-se da noção geográfica da divisão dos mundos institucionalizada pela religião e define uma diferenciação entre essas aparições, ou seja, as almas dos mortos que denomina fantasmas, e as aparições de santos, da Virgem Maria, de Jesus ou

do diabo. O critério dessa classificação remete ao lugar onde habitam esses seres. Os “fantasmas ordinários” estão ligados a terra onde já habitaram enquanto os outros são vinculados a um além que parece constituir-se para além do além dos mortos, um céu (Jesus, Maria e os Santos) ou inferno (diabo). A definição dessa geografia é fundamental para estabelecer regras de uma economia de salvação que determina o intercâmbio entre vivos e mortos.

É no tecido dessas relações que *“inscreviam-se nas realidades do espaço social, pela articulação da morada dos vivos – a aldeia, o bairro – e a morada dos mortos: o cemitério”*(1999:18), que o autor vai analisar a crença e o imaginário religioso medieval na sua relação com a estrutura e funcionamento da sociedade e da cultura, buscando indícios do processo de formação da mentalidade da época, ainda que afirme, em sua conclusão que a busca de um “simbolismo universal” resulta em especulação inóspita na medida que o historiador é como um etnólogo de sítio, ou seja, o alcance de sua análise é limitado no tempo e no espaço.

A idéia de uma “solidariedade social” que se mantém após a morte de membros do grupo pode constituir instrumento analítico importante se atentarmos para o fato de que as relações entre vivos e vivos e aquelas entre vivos e mortos se processam no interior do mesmo mecanismo de constituição simbólica, e que cada uma delas apresenta, ao mesmo tempo, um caráter de estrutura determinante e determinada na construção das representações culturais sobre a morte e o morto.

Nessa estranha solidariedade, são possíveis de analisar o sistema de crença e o imaginário indicado pelas narrativas e sua relação com a lógica de funcionamento da sociedade e a dinâmica da cultura de uma dada sociedade. Considerando a especificidade dessa relação e suas teias de representações, é possível buscar indicativos do espaço social como campo onde se entrelaçam inúmeras condicionantes – religião, poder, afetos, comportamentos, papéis sociais, temores, e tantas outras dimensões que se combinam de

variadas maneiras nos modos específicos que uma dada comunidade se relaciona com seus mortos.

De certa forma, essa dialética representa, na esfera do cotidiano, a possibilidade de resistência às generalizações dos grandes esquemas de significados, como pretende ser o modelo oferecido pela religião oficializada. Aí se abrem os espaços para a resistência nas práticas e significações da religiosidade, que combinadas a outras esferas culturais, constituem as dinâmicas que movem a vida em sociedade. E nesse sentido, como afirma Philippe Áries, “*Esquecer-se da morte e dos mortos é prestar um péssimo serviço à vida e aos vivos.*”

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Projeto Memória da Ciência no Semi-Árido Brasileiro - MECITSAB. Membro da Diretoria do MEMORAR – Centro de Memória de Aracati. Pesquisadora do Centro de Documentação, do Departamento de História da UFC.

² **Morus**, Tomás. (1985). *A Utopia*. Ed. 6ª. Guimarães Editores, Lisboa.

³ O problema da imortalidade aciona a preocupação humana desde os mais remotos tempos. A relação vida-morte tem constituído questão fundamental do homem e principal motor de sua angústia existencial. O tempo como fator limitador da vida, ressalta a finitude do homem e desencadeia o sentimento de absoluta impotência e, ao mesmo tempo, se apresenta como elemento universalizante da condição humana. Essa é uma questão fundamental de todo pensamento filosófico. O binômio vida-morte está presente nas reflexões de Platão, Kierkegaard, Heidegger, Sartre e muitos outros que, pensando a existência humana, refletiram sobre a morte, considerando-as como parte de um mesmo enigma que coloca invariavelmente o problema da finitude.

⁴ **Freyre**, Gilberto(2000). *Assombrações do Recife Velho*. Ed. TOPBOOKS / Univer Cidade Editora. 5ª Ed. Rio de Janeiro.

Esta obra originou 7 curtas metragens, realizados por profissionais pernambucanos, com o apoio da Fundação Gilberto Freyre, por ocasião da comemoração dos 100 anos do autor.

⁵ **Freyre**, Gilberto. (1981). *Casa Grande & Senzala*. 21ª. Ed. José Olímpio Ed., Rio de Janeiro.

⁶ **Monteiro**, Walcyr. (2000) *Visagens e Assombrações de Belém*. Banco da Amazônia S.A. . Belém.

⁷ **Reis**, João José. (1991). *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil Do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo.

⁸ **Schmitt**, Jean-Claude. (1999). *Os Vivos e os Mortos na sociedade medieval*. Cia das Letras, São Paulo.